

De Timor a Lisboa

Todos os bibliógrafos com pretensões a serem úteis deveriam ter duas qualidades, (ou defeitos, como se queira): uma curiosidade sem limites e uma infinita humildade que os fizesse admitir que até eles têm limites. A primeira, para os levar a explorar domínios que estão para lá das fronteiras dos assuntos seus predilectos e em sectores desprezados pelos antecessores. Assim, um historiador não abdicaria das suas competências se se interessasse pelas narrativas de viagem, pela caça, pelas reportagens, pelos romances, pelas memórias de advogados (uma especialidade portuguesa, ao que tudo leva a crer), pelas recordações de guerra, pelos textos administrativos e jurídicos, pelas estatísticas, pelos estudos dos politólogos e dos géógrafos, etc. E isto *em todas as línguas* em que essas publicações tivessem sido redigidas. A segunda, a humildade, deveria recordar-lhes que ninguém é universal e que mesmo aquele que se considera um poliglota fora de série (conhecemos um que lê trinta e cinco línguas) irá encontrar, mais cedo ou mais tarde, um livro que o fará amaldiçoar-se por não conseguir decifrá-lo e que poderia lançar alguma luz sobre o seu trabalho. Muito longe de podermos rivalizar com esses sobredotados da linguística, contentar-nos-emos com assinalar aos leitores eventualmente interessados que existe pelo menos um livro em kazakh respeitante a Angola, vários em japonês sobre a guerra colonial portuguesa, um em grego sobre a Beira, para não falar de outros títulos em línguas indianas sobre Angola, Moçambique, etc. Para quê então falar deles se não somos capazes de os ler? É aí que deve intervir a humildade. Por exemplo, são raríssimos os lusófonos de nascimento que conseguem sentir-se à vontade a trabalhar nas línguas eslavas ocidentais. Mas quem nos diz que daqui a cem anos ou até muito menos não haverá um investigador que se sinta feliz por encontrar numa biblioteca, em Coimbra ou no Porto, os quatro títulos com que abrimos esta crónica? Os bibliógrafos também podem sonhar, ora essa!

Por razões que se compreendem, os Checos publicaram pouco sobre o ultramar português, mas há um historiador, Jan Klíma, que tem, só à sua conta, uma dezena de trabalhos publicados sobre a América Latina, nomeadamente o Brasil, e sobre Portugal e o seu império. Estamos em crer que, ao chamar a atenção dos leitores para o facto, prestamos um bom serviço à ciência. Cingir-nos-emos a quatro desses títulos. O primeiro¹ corresponde a um olhar rápido pela colonização e descolonização portuguesa para uso dos estudantes universitários locais. O título poderá traduzir-se por *O Império Colonial Português. Ascensão e Queda do Primeiro e Último Império*. Em contrapartida, o que se segue, *Estudos sobre a história de Portugal e do Ultramar*², contém textos sobre a resistência moçambicana e a importância dela para a descolonização ulterior, sobre a literatura de emancipação em Angola, sobre a segunda guerra mundial em Moçambique, Macau, etc. Pioneiro no seu país, Klíma não pôde apoiar-se num vasto manancial de fontes checas, mas utilizou abundantemente os trabalhos existentes em português (entre os quais os nossos), em russo e, secundariamente, em alemão, sem esquecer, bem entendido, o inglês. Atinge uma outra envergadura com outros dois títulos que, não se destacando por uma originalidade por aí além, constituem duas sínteses que merecem ser conhecidas fora do seu país, já que estamos perante um historiador com clareza de espírito e sentido do pormenor, a quem não agrada deixar zonas sombrias. Trata-se, para o público ao qual se dirige (os Checos e os Eslovacos, que, acerca destas questões, apenas tiveram a propaganda comunista), de textos de base. Portanto, aquilo que pode traduzir-se por *Descolonização do Império Colonial Português. Motivações Históricas, Características, Evolução dos Acontecimentos*³ e, sobretudo, o seu último título até à data, *A Última Guerra Colonial*⁴, mereceriam tradução para português, pois o autor faz uma análise fria dos acontecimentos e sem apriorismos, quer nacionalistas, quer pró-salazaristas. Agarra-se aos factos, tendo reunido uma bibliografia impressionante (provavelmente difícil de encontrar em Praga e ainda mais na sua universidade de Hradec Králové). É no desapego do observador distante, mas bom conhecedor da língua e da cultura portuguesas, que reside todo o mérito do seu texto sobre a guerra colonial. Traz-nos elementos que desconhecíamos, chegando mesmo à conclusão de que a operação «Nó Górdio» foi talvez um êxito do exército

¹ Jan Klíma, *Portugalská koloniální říše. Vzestup a pád prvního a posledního impéria*, Hradec Králové, Pedagogické centrum, 1995, 117 páginas. (Nota: consta que existe uma outra edição em que o subtítulo é ligeiramente diferente.)

² Id., *Studie z dějin Portugalská a portugalského zámorí*, Hradec Králové, Edice Prométheus, Gaudeamus, 1999, 156 páginas.

³ Id., *Dekolonizace portugalské koloniální říše. Historická motivace. Specifika. Prubeh*, Hradec Králové, Gaudeamus, 2000, 411 páginas, bibliografia pormenorizada (34 páginas).

⁴ Id., *Poslední koloniální válka*, Praga, Nakladatelství Libri, 2001, 201 páginas, fotos a preto e branco, mapas, índice.

português. Em suma, isolados num meio muito afastado das realidades lusófonas, Jan Klíma e os seus livros merecem ser descobertos, e assinalá-lo aqui é uma das pequenas alegrias da bibliografia «internacionalista». Mencione-se ainda que o quarto título não pára em 1974, analisando os prolongamentos da guerra colonial na Guiné, em Angola e em Moçambique até 1999-2000.

Passemos então directamente para Timor com um lote eclético. *East Timor. A Bibliography*⁵ é um livro curioso, pois, se é certo que causa boa impressão como bibliografia temática e anotada (por vezes) com mais de 900 teses, livros, artigos e trabalhos não publicados, também se encontram nele relatórios da PIDE ou *dossiers* inteiros, passados a pente fino, apenas disponíveis nos arquivos de Lisboa, um posfácio sobre as eleições de 2001 com observações do autor, que agora percorreu o território, bem como fotografias (uma das quais do nosso mestre de bibliografia timorense Kevin Sherlock), todas elas tiradas por Berlie. Uma bibliografia, ainda que medíocre — e esta não o é —, é sempre útil, mesmo sendo barroca, como é o caso. Berlie é um etnólogo sem o rigor árido dos bibliógrafos profissionais. Cavaleiro andante, deambula ao sabor dos seus humores, que o levam de Ocussi-Ambeno a um decreto holandês de 1909. Mas não podemos deixar de o dizer: algumas das suas anotações (ou a ausência delas) deixaram o leitor espantado. Porquê mencionar René Pélissier: *La colonne (sic por colonie) du Minotaure* e anotar René Pélissier: *Les guerres grises*, dois livros que não têm estritamente nada que ver com Timor, e não traduzir o título de René Pélissier: *Timor en guerre. Le crocodile et les Portugais (1847-1913)*? Em que medida será necessário saber que o autor fulano de tal está agradecido à directora do Arquivo Histórico Ultramarino e consagrar mais de uma página a um livro de etnologia relativo à Nova Guiné? Dito isto, impõe-se reconhecer a esta bibliografia exuberante o mérito de ser uma das raras que, nos dias de hoje, analisam textos em holandês, português, indonésio, alemão, etc., e a única a fazer referência a centenas de artigos da imprensa diária francesa (*Le Monde*) ou do *International Herald Tribune*. Essa enumeração ocupa, por si só, 25 páginas (com uma única entrada!). Em suma, uma bibliografia desigual, mas que deixará os especialistas radiantes desde que se disponham a lê-la, linha após linha. A este título, é uma mina de ouro. O pior é o matagal que há que desbravar para lá chegar. Uma bibliografia não refreada e hedonista, que fez as suas devastações na taxinomia insular. Mais clássico e limitado (e desconhecido de Berlie), *Mi Timor*⁶ é um livro desprezioso, traduzido do italiano. A autora dá-nos conta do que viu nas missões salesianas de Timor em 1993, que é como quem diz o trabalho das irmãs

⁵ Jean A. Berlie, *East Timor. A Bibliography*, Paris, Les Indes Savantes, 2001, 225 páginas, fotos a preto e branco.

⁶ Maria Collino, *Mi Timor. Amor en el Profundo Sur*, Madrid, Editorial CCS, 1998, 216 páginas, fotos a cores.

da caridade na ajuda aos timorenses mais pobres e na criação de condições para promover as mulheres rurais. Por vezes, chega a ser comovente, ainda que a situação política não seja de todo propícia a isso. O trágico e o belo nunca andam longe um do outro durante a ocupação javanesa.

Regressemos ao clássico com o número anual de *Lusotopie*, a revista francesa dos investigadores sérios das ciências do homem e sobretudo do fenómeno político no âmbito da lusofonia. Para 2001 encontramos quinze artigos (pp. 125-345) consagrados a Timor⁷. Vão da antropologia ao estudo das relações internacionais e mesmo ao prospectivo. Não sabíamos da existência de tantos timorianistas franceses e até portugueses, já que o panorama editorial esteve durante muito tempo obscurecido pela artilharia pesada anglo-australo-americana. Um título a conhecer, portanto, para descolonizar as nossas perspectivas. Em todo o caso, o interesse dos francófonos por estes dois pedaços de ilha é bastante limitado, temos de o reconhecer, nas esferas governamentais. Lugar, pois, aos actores maiores, ou seja, de novo, aos Australianos, que, esses sim, continuam a publicar em força.

*East Timor in Transition (1998-2000)*⁸ é uma publicação das mais oficiais que expõe, com documentos de apoio, o que Camberra fez para solucionar o problema timorense, tanto no plano diplomático e militar como humanitário, ao longo desses três anos cruciais. Como refere o ministro dos Negócios Estrangeiros, na Austrália «nenhuma questão de política internacional suscitou tanto interesse como Timor oriental e a sua transição para a independência» nesse período. Assim, além da atitude defensiva depois de tantos anos de conluio com Jacarta, assinalar-se-á a enumeração minuciosa das iniciativas australianas para fazer esquecer o passado, e a sua leitura, sob este ponto de vista, é útil.

Mais limitado, o texto de Peter Chalk⁹ examina o impacto da intervenção militar de Camberra — a mais importante depois do Vietname — no futuro da política australianas em matéria de defesa, de segurança e de política externa. Portanto, aqui Timor não é senão o ponto de partida. Todavia, pode dizer-se que o autor faz um bom resumo das particularidades das suas posições em relação a Timor. Como diz Chalk com pertinência, desde 1901 que a Austrália é obrigada a conciliar as origens ocidentais com a sua localização na Ásia (e no Pacífico). Agora tem mais um «protegido» no Noroeste do continente-Estado. A ver vamos como essas relações, por assim dizer avunculares, se vão orientar.

Do livro¹⁰ de Ian Martin convém não esperar uma originalidade absoluta, já que desde 1999 que andamos atulhados de textos mais ou menos elabo-

⁷ *Lusotopie. Timor: Les défis de l'indépendance*, Paris, Karthala, 2002, 447 páginas.

⁸ *East Timor in Transition (1998-2000). An Australian Policy Challenge*, Camberra, Department of Foreign Affairs and Trade, 2001, viii-312 páginas, fotos a cores.

⁹ Peter Chalk, *Australian Foreign and Defence Policy in the Wake of the 1999/2000 East Timor Intervention*, Santa Monica, Califórnia, Rand Corporation, 2001, xv-88 páginas.

¹⁰ Ian Martin, *Self-Determination in East Timor. The United Nations, the Ballot, and International Intervention*, Boulder-Londres, Lynne Rienner Publishers, 2001, 171 páginas.

rados sobre a intervenção da ONU em Timor. Todavia, como o autor tinha Timor a seu cargo, desde 1985, na Amnistia Internacional e era, em 1999, representante especial do secretário-geral da ONU para a consulta às populações timorenses, tem pelo menos a vantagem de nos oferecer uma visão interna — e diplomática — dos acontecimentos e, em especial, do papel da UNAMET em Díli. É um homem que, apesar de fazer carreira no plano internacional, não deixa de ter um pensamento para os seus colaboradores timorenses vítimas.

Em contrapartida, quem quiser novidades a qualquer preço encontrá-las-á em *Operation East Timor*¹¹, que descreve com uma infinidade de pormenores a chegada das forças neozelandesas a Timor em Setembro de 1999 e as actividades que desenvolveram até 2001. Segundo os autores, tratou-se da mais importante projecção armada de Wellington desde a guerra da Coreia (ou desde a Malásia e o Bornéu, segundo o editor). Participaram 3500 homens e mulheres das três armas, o que lhes é favorável se fizermos a comparação com os efectivos portugueses para ali destacados ao longo dos séculos. Os neozelandeses estiveram estacionados em parte ao longo da fronteira indonésia (Suai), o que explica que tenham sofrido algumas baixas (quatro mortes em combate ou por acidente à data em que o livro foi redigido). Os autores são historiadores militares, sabem do que falam, mas, na falta de combates épicos, ficam-se pelas actividades pacíficas dos seus batalhões (cuidados com as populações, repatriamento dos refugiados, questões de foro psicossocial, etc.). É, provavelmente, o primeiro livro neozelandês sobre Timor e nele se aprende muito sobre os contactos entre estes insulares do Leste (onde existe um grande número de maoris e de mulheres-soldados também) e os Timorenses.

Mais económico e prospectivo, um trabalho¹² subsidiado pelo Asian Development Bank ocupa-se do essencial: fazer um balanço das possibilidades de arranque de Timor quando os doadores de ajuda reduzirem as perfusões financeiras. Vinte e dois contributos percorrem as questões pendentes, desta vez já não de um ponto de vista emocional mas sim técnico. Moeda, fiscalidade, trocas internacionais (nomeadamente com a Indonésia), agricultura, desenvolvimento rural, direito predial, banca e finanças, transportes, política social, reconstrução, comparação com outras ilhas oceânicas e lições das experiências africanas constituem o essencial do texto, mas os problemas suscitados pela diversidade cultural e linguística são também

¹¹ John Crawford e Glyn Harper, *Operation East Timor. The New Zealand Defence Force in East Timor 1999-2001*, Auckland, Reed Publishing (NZ), 2001, 232 páginas + 48 páginas de fotos a cores, mais de 200 fotos a cores e a preto e branco.

¹² Hall Hill e João M. Saldanha (coords.), *East Timor. Development Challenges for the World's Newest Nation*, Basingstoke (R. U), Palgrave, 2002, xxvi-381 páginas.

avaliados por um antropólogo. É um livro sério, objectivo e com informação, mas, apesar de vários dos intervenientes serem timorenses, na bibliografia que é fornecida (cerca de 320 títulos) aparece uma única entrada em português. Estranho! Agrada-nos, além do mais, que tenham desaparecido os impostores militantes que queriam fazer crer que Timor teve ou tem grande importância económica. A verdade é que, por enquanto (2002), se trata de um dos países mais pobres do mundo.

No que respeita a Moçambique, a colheita de livros é sempre mais abundante e o que aqui apresentamos é tão-só uma amostra. Para desanuviar as ideias, começemos por um pouco de literatura com incidências históricas ou políticas. Aquilo que aqui escreviamos há algum tempo, a saber, que não há grandes autores não lusófonos que tenham escolhido os PALOP para enquadrarem as suas ficções, deixou de corresponder à verdade. Se admitirmos que o Prémio Nobel consagra (sempre?) homens das letras de gabarito, então Moçambique acede — indirectamente — ao império das honras, graças a V. S. Naipaul e ao seu *Half a Life*¹³. Para redigir este romance sobre a vida de um escritor indiano, fracassado e frouxo, é possível, mas não certo, que Naipaul se tenha ido documentar no local (ou tenha entrevistado indianos de Moçambique). Da p. 140 à p. 227, ele descreve, pois, a vida do seu herói, instalado com uma mulata luso-africana como plantador de sisal (provavelmente por trás de Inhambane ou de Quelimane). A sua cronologia dos acontecimentos na África portuguesa é bastante fantasiosa, mas, em linhas gerais, fornece uma descrição penetrante da vida dos mestiços, dos plantadores europeus e dos operários africanos de 1959 a 1976-1977 (até à chegada da RENAMO?). Nota em 1961 a inquietação dos plantadores, provocada pelos massacres de Angola. Talvez não seja a obra-prima de Naipaul, mas a análise que faz das relações humanas nesta parcela imprecisa do império tem força.

Muito mais imbuído das realidades moçambicanas *vistas a partir de dentro*, o volumoso romance de Bahassan Adamodjy¹⁴ é importante para se conhecer a sociedade da Beira, em particular os muçulmanos que ali vivem, nos primeiros anos da implantação do «socialismo moçambicano». O mesmo é dizer que o autor recentra geograficamente a literatura moçambicana, subtraindo-a ao hegemonismo do Sul do Save e ao peso esmagador do ensino dispensado pelas missões cristãs meridionais e pelas escolas de Lourenço Marques. O livro é também indispensável para se apreciarem as tensões

¹³ V. S. Naipaul, *Half a Life*, Basingstoke (R. U.), Pan Macmillan (Picador), 2001, 226 páginas.

¹⁴ Bahassan Adamodjy, *Milandos de Um Sonho*, Lisboa, Quetzal Editores, 2001, 563 páginas.

entre o novo poder «frelimista» e as tradições africanas ou as aprendidas no contacto com os Portugueses. Nem tudo ia bem para a FRELIMO nesta região pouco afectada pela guerra anticolonial entre 1964 e 1974. Um dos méritos do romance é o de, ao contrário das propagandas salazaristas ou marxistas de outrora, não enfeitar a realidade para lhe conferir cores aceitáveis pela censura. A leitura do texto nem sempre é fácil, apesar de um léxico com umas centenas de verbetes, mas o seu valor histórico e sociológico é inegável.

Em registo de «romance negro» ou *thriller*, refira-se um exemplo sul-africano e um francês. *Mbuzini Breeze*¹⁵ não tem aqui cabimento a não ser pelas primeiras 20 páginas, que relatam de forma romanceada e sem ilusões o que se passou em Mbuzini, a 150 metros da fronteira moçambicana, e no avião do presidente Machel quando ali se despenhou, a 19 de Outubro de 1986. O autor admite ter-se tratado de um golpe montado pelos serviços secretos sul-africanos, persuadidos de que os Cubanos iriam atacá-los pelo Leste. Quanto a Franck Pavloff¹⁶, passou alguns dias em Maputo e utiliza essa experiência para inserir no seu romance de história ficcionada, cheio de *suspense* e com interesse para os amadores, várias páginas em que a acção decorre naquela cidade em Janeiro de 1990.

O diário de viagem que se segue oferece-nos uma transição apaixonante entre a literatura e o guia turístico. Dois jornalistas de uma revista de turismo sul-africana são incumbidos de fazerem para os seus leitores a cobertura de Moçambique de lés a lés, desde a Ponta do Ouro até ao Rovuma e regresso, num mês! Um desafio a que é impossível dar resposta, mesmo com dois *Land-Rovers* e mais quatro condutores, dado o estado lamentável da maioria das estradas do país em Junho de 2000. De facto, esgotados pelo esforço e pelas doenças, estes observadores-relâmpago irão quedar-se ainda longe do Rovuma, em Pangane. Da expedição, contada por um dos dois jornalistas, Justin Fox¹⁷, sobreviverá um livro que oferece: (a) uma reportagem nos centros «turísticos» frequentados pelos Sul-Africanos (que voltam a procurar o Sul de Moçambique em magotes); (b) uma visão no essencial positiva da situação política local depois do fim da guerra civil; (c) um caderninho de viagem sentimental do autor, convertido em lusófilo amador (espécie rara entre os sul-africanos de proveniência anglo-bóer), apaixonado pelos feitos dos Portugueses nas costas do Índico; (d) uma prosa rica (Fox é doutorado em Literatura Inglesa por Oxford); (e) uma descrição patética da economia e das infra-estruturas decorridos vinte e cinco anos sobre a partida dos

¹⁵ Rusty van Druten, *Mbuzini Breeze*, Cidade do Cabo, Kwela Books, 2002, 255 páginas.

¹⁶ Franck Pavloff, *Après moi, Hiroshima*, Paris, Editions Zulma, 2002, 157 páginas.

¹⁷ Justin Fox, *With Both Hands Waving. A Journey through Mozambique*, Cidade do Cabo, Kwela Books, 2002, 208 páginas, fotos a preto e branco.

Portugueses. É, no mínimo, a décima ou a décima primeira narrativa de viagem que conhecemos desde que Moçambique se tornou independente e, ainda que não descreva nenhum acontecimento espectacular ou região inacessível, é a que tem mais possibilidades de ficar na microbiblioteca das modernas «explorações» anglófonas daquele país.

Apresentando-se exclusivamente como guia turístico para uso dos germanófonos que queiram sulcar o país (e em 2000 Fox encontrou-os com fartura), *Reisen in Mosambik*¹⁸ tem a vantagem, comparando-o com cinco ou seis dos seus concorrentes recentes, de ser profusamente ilustrado e de insistir naquilo que pode interessar o viajante ecológico (natureza, animais, «aventuras» diferentes das já sobejamente conhecidas). Teria evitado um bom número de problemas a Fox e aos companheiros. É também um dos mais pormenorizados (exemplo: 22 páginas sobre a província do Niassa, com uma nota, até, sobre o «paraíso dos contrabandistas», o lago Chirúa). Ignoramos se os dois autores viram tudo aquilo que descrevem, mas as fotos que tiraram, mostrando estradas ou caminhos de terra batida não transitáveis, mesmo para um veículo de todo o terreno como o deles (e os de Fox & C^a), assinalam uma evidência que irá impor-se cada vez mais em Moçambique. Enquanto não houver uma rede viária aceitável, o país continuará a ser um miserável país subdesenvolvido e, enquanto as autoridades de Maputo, lá tão longe, e as populações locais não derem prioridade a esses investimentos pouco visíveis, mas de importância capital, a economia de Moçambique será «para inglês ver» e a sua coesão «nacional» apenas balbuciante. A reabilitação, a criação e sobretudo a manutenção das estradas e caminhos de terra batida não são, infelizmente, uma prioridade em parte alguma da África tropical. Prefere-se construir palácios de congressos dispendiosos e inúteis, subsidiar tropas folclóricas ou equipas de futebol, abrir embaixadas elefantescas ou ridículas a incitar os aldeões a transformarem-se em cantoneiros voluntários bem remunerados.

O que atrás fica dito leva-nos a um estudo de ciência política muito austero de Sabine Fandrych¹⁹ que, em termos eruditos, explica que o fracasso do Estado centralizado na África negra se deve, antes de mais, à incompatibilidade do Estado com as sociedades africanas e que, em Moçambique, a estrutura autoritária e centralizada herdada do Estado colonial e absorvida por uma escassa elite nacional aquando da independência, agravada

¹⁸ Ilona Hupe e Manfred Vachal, *Reisen in Mosambik. Ein Reisebegleiter für Natur und Abenteuer*, Munique, Ilona Hupe Verlag, 2002, 384 páginas, 34 mapas e plantas, 63 fotos a cores e 252 fotos a preto e branco.

¹⁹ Sabine Fandrych, *Kommunalreform und Lokalpolitik in Mosambik. Demokratisierung und Konfliktransformation jenseits des zentralistischen Staates?*, Hamburgo, Institut für Afrika-Kunde, 2001, v-518 páginas, mapas, gráficos.

depois pela sua política de exclusões para pôr de pé um Estado-nação socialista, está na base do conflito que assolou o país, impedindo, em maior ou menor grau, uma democratização autêntica. Deixaremos ao cuidado de outros a discussão do assunto, uma vez que o debate está na praça pública, mas sempre afirmamos que este imenso arrazoado em defesa da descentralização e de muitas outras reformas é a pedra angular do edifício conceptual que um dia, quem sabe, começará a ser construído para mudar a situação. Mas, falando com toda franqueza, quem vai mudá-la quando são tantos os interesses públicos e privados a retirar vantagens do *statu quo*? Como sempre acontece com Fandrych, a investigação e a bibliografia são notáveis.

Estamos de acordo com o editor (Didier Péclard) da tese que se segue, de Teresa Cruz e Silva²⁰, quando diz que este trabalho sobre as relações entre as missões protestantes suíças e o Estado colonial e sobre o papel que desempenharam no nascimento do nacionalismo moçambicano constitui, de facto, um contributo importante para a história recente de Moçambique (pelo menos a sul do Save). Como em Angola, o próprio facto de se ser protestante e africano continha em si um germe de revolta latente contra a colonização nos tempos fastos do império. Mesmo os pastores suíços, nem por isso insuspeitos de ambições coloniais ou de segundas intenções visceralmente equívocas por parte de antigos colonizados (americanos e canadianos), suportavam cada vez pior as pressões duplas (administração e Igreja católica) exercidas sobre as suas ovelhas reais ou potenciais e sobre os métodos de evangelização utilizados (ensino ministrado na língua local, criação de uma elite africana autónoma, etc.). Embora o conflito estivesse em lenta ebulição desde os anos 20, foi no período entre 1950 e 1974 que os acontecimentos tomaram uma feição francamente ameaçadora para os Portugueses. Não é por acaso que Eduardo Mondlane e a maioria dos quadros da FRELIMO oriundos do Sul foram formados dentro das normas protestantes. Ter-se-ia apreciado que a autora tratasse do papel das outras igrejas protestantes no Sul, pois seria bom saber se os metodistas de Inhambane, por exemplo, tiveram um contributo idêntico para a formação da FRELIMO. E os anglicanos dos Libombos, os nazarenos, etc. E depois de 1974 os Suíços e a FRELIMO sempre se entenderam bem?

Destaquemos também uma brochura sobre a cooperação entre a Dinamarca e Moçambique²¹ em que se fica a saber, por exemplo, que a Dinamarca é o mais importante fornecedor de ajuda na província de Tete e que, em Moçambique, 2 milhões de crianças vão à escola até ao 5.º ano e que

²⁰ Teresa Cruz e Silva, *Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930-1974)*, Basel, P. Schlettwein Publishing, 2001, xvii-206 páginas.

²¹ *Mozambique. Strategy for Development Cooperation between Denmark and Mozambique*, Copenhagen, Ministry of Foreign Affairs, Danida, 2000, 46 páginas.

apenas 11 000 alunos frequentam o 11.º e o 12.º anos. Em 2003, a Dinamarca fornecerá àquele país uma ajuda de 240 milhões de coroas. Na Alemanha, uma associação para os PALOP (a DASP) publica numerosas brochuras (ou livros mais importantes) por ocasião dos encontros que promove. Limitar-nos--emos a citar²², primeiro, um exemplo que reproduz comunicações respeitantes à economia política de Moçambique e de Angola, aos planos coloniais dos exploradores alemães em Angola (1873-1886), à África nos romances portugueses do século XIX, a memórias moçambicanas de um homem das letras *apparatchik* da antiga Alemanha oriental, etc. Da mesma associação mencionaremos ainda um texto mais elaborado que diz apenas respeito a Moçambique. O autor, Manfred Kuder, tem alma de generalista e de divulgador para o público germanófono. Além de ter fundado a DASP em 1984, tem sobretudo uma longevidade científica inusitada, já que aos 90 anos publica uma monografia²³ que retoma, em parte, o seu livro de 1975, alarga-lhe o âmbito e actualiza-o. Não tem pretensões de originalidade, antes de utilidade: geografia, história, economia, problemas a partir da independência, guerra civil, reconstrução, política, desenvolvimento, auxílio externo, relações internacionais (inclusive com a Alemanha, onde, entre 1979 e 1991, o lado comunista acolheu cerca de 50 000 jovens moçambicanos que formou nas suas escolas, mais cerca de 15 000 trabalhadores contratados para trabalhar em fábricas). Assinale-se o quadro com as antigas designações das localidades (mais de 60) que foram «deslusitanizadas» depois da independência e a correspondente versão actualizada. Nem todos sabem que Gago Coutinho passou a ser Malawera e Vila Vasco da Gama, Chiputu (pp. 247-248).

Subamos em direcção à Escandinávia, onde, na Noruega, o Chr. Michelsen Institute publica há já alguns anos relatórios e estudos que giram em torno da ajuda ao desenvolvimento e dos direitos do homem. Revelam-se por vezes críticos, mas sempre informados. Em relação a Moçambique, limitar-nos-emos a uma análise do auxílio norueguês depois do regresso à paz²⁴. Ficamos a saber que, entre 1990 e 1995, a Noruega forneceu 377,8 milhões de dólares, bastante distanciada da Itália (632,8 milhões) e até de Portugal (522,1 milhões), mas à frente da França. Acrescentaremos um texto mais curto sobre o arranque (?) económico de Moçambique²⁵. São especialistas que se distin-

²² *Angola und Mosambik im Schnittpunkt der Interessen. Vorträge des DASP-Kolloquiums in Berlin am 15., 16. und 17. November 2000*, Bona, DASP, 2000, 126 páginas.

²³ Manfred Kuder, *Moçambique: Landes-, Wirtschafts- und Gesellschaftsstrukturen, Geschichte, Kultur und Entwicklungspolitik im Rahmen des südlichen Afrika*, Bona, DASP, 2001, 256 páginas, mapas.

²⁴ Obra colectiva de seis autores, *Evaluation of Norwegian Assistance to Peace, Reconciliation and Rehabilitation in Mozambique*, Bergen, Chr. Michelsen Institute, 1997, xiv--141 páginas.

²⁵ Hildegunn Kyvik Nordås e Leon Pretorius, *Mozambique — a sub-Saharan African NIC?*, Bergen, Chr. Michelsen Institute, 2000, 26 páginas.

guem a lidar com a econometria e o social, mas cuja competência não é por aí além (ou ficam indiferentes) quando se trata de conhecer os substratos histórico, étnico, antropológico, religioso, etc. Não são pagos para isso. A missão deles são os números. Talvez por isso sejam tantos os resultados benéficos em África e o desenvolvimento dos PALOP tão espectacular.

Em relação a Angola, comecemos com literatura alicerçada nas experiências de autores que decerto não estarão a atafulhar as prateleiras das bibliotecas lusófonas. O que é pena, pois o valor documental de um desses textos é assinalável. *Slagoffers*²⁶ é o resultado de um encontro falhado entre Savimbi e Dine van Zyl, jornalista da televisão sul-africana, que foi atraída à Jamba, em 1986, pela UNITA, em busca de todos aqueles que fossem susceptíveis de transmitirem em uma visão lisonjeira da sua causa. Savimbi manipulava habilmente a imprensa, ou pelo menos conseguia impressionar os que estavam dispostos a deixar-se convencer. Infelizmente para ele, nem todos os jornalistas (mesmo os sul-africanos) se deixavam levar na conversa e, como faltou ao encontro na sua capital e todo o jornalista que se preza tem por dever de ofício abrir os olhos e fazer perguntas às pessoas durante a missão que lhe é confiada, o que van Zyl descobriu ao recolher os testemunhos das mulheres e dos mutilados da Jamba pouco tinha que ver com a propaganda. São os *slagoffers*, isto é, as vítimas, em *afrikaans*, que constituem o corpo deste romance feminista, assente nos horrores da guerra civil. «Deus não está aqui», diz uma mulher. Nem na Jamba, nem em Luanda, infelizmente para Angola, e isto há já bastante tempo, apesar das estatísticas religiosas. O texto mereceria ser traduzido para inglês, na falta de uma tradução portuguesa.

Com Günter Göring²⁷ é preciso não se ir à procura de outra coisa a não ser de um romance de aventuras que tem como pano de fundo a vida dos pilotos e dos traficantes de armas que alimentavam a UNITA nos tempos em que tinha dinheiro para lhes pagar. O interesse do livro advém-lhe da profissão do autor: piloto da Lufthansa, o que equivale a dizer bom conhecedor dos aeródromos, dos aviadores e de todos aqueles que se servem deles para rapidamente fazerem fortuna numa África em convulsão. Diz ele (p. 227) de Holden Roberto que era um aventureiro da política. Mas em relação a Savimbi é mais admirativo. Presume-se que sabe muito mais do que o necessário a um piloto das carreiras regulares.

Pepetela, autor mundialmente conhecido dos leitores lusófonos, é um dos raros homens de letras saídos da velha guarda do MPLA que souberam distanciar-se dos mitos do partido e do seu sectarismo. Não sendo historiador, inspirou-se durante muito tempo nos trabalhos dos historiadores es-

²⁶ Dine van Zyl, *Slagoffers*, Cidade do Cabo, Tafelberg, 2001, 164 páginas.

²⁷ Gunter Göring, *Der den Kopf riskiert*, Nienburg (Alemanha), Betzel, 1991, 383 páginas.

trangeiros — mesmo quando certos autores contradiziam a linha (melhor dizendo, as linhas) e as verdades oficiais. Mas, ao descrever as evoluções pouco gloriosas do que se tornou o poder luandense, ele é também um auxiliar dos sociólogos e dos historiadores do presente. No seu romance-documento, *Jaime Bunda*²⁸, põe em cena de forma irónica, sarcástica até, os serviços secretos de Angola e um dos seus jovens agentes, numa história sombria de moeda falsa. Trata-se, de facto, de uma pintura carregada de subentendidos e de críticas contra a nova sociedade, saída de um período de guerra demasiado longo, onde o modo de sobreviver é mais importante do que os velhos *slogans*, em que já ninguém acredita, tão profundo é o divórcio entre a realidade e os ideais. Feiticeiros e pândegos, Roque Santeiro — a nova Roma que Marx e Engels não previram —, burocratas e aventureiros, etc., são os actores e o cenário em que se move este émulo tropicalizado de James Bond. Suculento, divertido e, mesmo assim, profundo.

Confessamos que temos um fraquinho pelas narrativas de viagem em África quando falam não apenas dos seus autores e dos seus veículos, mas também das populações e das situações políticas que atravessam. Tomemos o exemplo contrário deste professor canadiano na reforma que, entre Outubro de 2000 e Março de 2001, se encavalitou na moto e, aos 63 anos, devorou quilómetros de Tânger até ao Cabo, subindo depois até ao Egipto (mais o Médio Oriente e a Europa mediterrânica). Quer isto dizer que, em menos de 180 páginas, ele não perde tempo a descrever paisagens. Mas o motivo por que aqui o referimos prende-se com o ter conseguido entrar em Cabinda por via terrestre quando o acesso ao Norte de Angola está — em princípio — vedado a veículos. Graças à astúcia e a um subterfúgio, acabou por obter um visto sem restrições. Mas, se Werner Bausenhardt²⁹ penetra bem no enclave, vai ter de sair de lá de barco para chegar a Luanda (12 de Dezembro de 2000), onde — azar do velho *motard* — o cônsul honorário do Canadá o proíbe praticamente de circular antes de atingir a Namíbia. Faz-se de novo ao mar em direcção a sul. Da Angola meridional, o autor não nos diz grande coisa, dada a pressa que tem de deixar *this crazy country* (p. 68). Passado Xangongo (ex-Roçadas), mal terá tempo para notar os vários milhares de toneladas de tanques, canhões, transportes de tropas blindados, camiões, helicópteros, abandonados e desmontados ao longo da estrada. Como estamos longe dos passeios do padre Estermann! No dia de Natal, o presente que teve — diz ele — foi atravessar a fronteira da Namíbia são e salvo. Ao todo, 14 páginas cabindenses — raríssimas nos viajantes desde

²⁸ Pepetela, *Jaime Bunda, Agente Secreto. Estória de Alguns Mistérios*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2001, 312 páginas.

²⁹ Werner Bausenhardt, *Africa against the Clock on a Motorcycle*, Otava, Legas, 2002, 174 páginas, fotos a cores.

René Pélissier: *Explorar. Voyages en Angola et autres lieux incertains*, Orgeval, Editions Pélissier, 1978 (pp. 91-103) — e angolanas. Tendo em vista o turismo que se pratica em Angola desde 1961, travar conhecimento com este canadiano sempre é melhor do que nada.

A ele poder-se-ia recomendar a leitura de um outro livro de viagens, menos apressado e mais descritivo do que o dele, o de Maria Ondina Braga, cuja *Passagem do Cabo*³⁰ nos mergulha numa outra guerra e numa outra atmosfera: a Angola de 1961, de Luanda a Malange, os colégios de freiras, os refugiados do Congo português, o medo a apertar, as visitas do bispo para lá de Malange, numa altura em que, apesar de tudo, ainda se podia circular pelos caminhos de terra batida (excepto no Noroeste, bem entendido) sem recear ser-se atacado ou que rebentasse uma mina. Por razões que desconhecemos, este livro está amplamente representado nas bibliotecas africanistas dos Estados Unidos. Após a leitura destas lembranças — com mais de trinta anos —, perguntávamo--nos o que poderiam elas evocar aos estudantes americanos que não conheceram a guerra colonial. Mas para os *retornados* e os historiadores de Angola esta imersão num passado próximo, mas que já não volta, tem o seu encanto. O resto do livro é consagrado a Goa e Macau. A coisa muda de figura quando não se é obrigado a correr como uma zebra no meio das guerras e da miséria dos outros. No todo, um livro subtil e que se recomenda.

O que não se recomenda é que se imitem as actividades e os métodos dos governantes que se auto-atribuíram o poder em Angola a partir de 1974 e, aí, desde o fim da guerra fria que a única escolha possível são os autores que condenam tudo e todos. O mais documentado em francês é François-Xavier Verschave, que detém uma informação assinalável e que tem razão para se comparar com os «paleontólogos à procura de ossadas de dinossauros», de tal modo é difícil provar as operações secretas de corrupção e estabelecer um elo entre elas. Mas os seus dinossauros africanos estão bem vivos e são perigosos. Quando estão calmos, levantam-lhe processos. Outros poderiam perfeitamente usar outros métodos para o forçarem a calar-se. Em suma, o bibliógrafo fica desarmado, pois faltam-lhe os meios para poder dizer quem está a extrapolar, quem está a mentir, quem está a exagerar, mas *L'envers de la dette*³¹ parece-lhe ser o libelo mais burilado que existe em francês sobre o fantástico conluio entre certos políticos e certos meios do mundo dos negócios franceses e os homens no poder em Luanda. O essencial gira em torno das armas, logo da guerra e do petróleo. Sessenta e tal páginas sobre este episódio pouco glorioso das relações entre Angola e a Europa (sobre as firmas americanas pouco se diz). E mesmo assim não

³⁰ Maria Ondina Braga, *Passagem do Cabo*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, 164 páginas.

³¹ François-Xavier Verschave, *L'Envers de la dette. Criminalité politique et économique au Congo-Brazza et en Angola*, Marselha, Agone Editeur (BP 2326, F-13213 Marseille Cedex 02), 2001, 226 páginas.

revelam tudo, nem os desenvolvimentos mais recentes que se vão encontrar numa publicação igualmente acabrunhante e que sobe ainda mais na hierarquia, fora do quadro franco-angolano: *All the President's Men*³². O mérito deste trabalho de investigação notável está em mostrar que o grau de envolvimento das firmas não francesas é o mesmo, sem tirar nem pôr. Fica-se também a saber que na contabilidade surrealista das autoridades angolanas, em 2000, «desapareceram» 770 milhões de dólares de rendimentos provenientes do petróleo entre os números anunciados pelo Ministério do Petróleo e o Ministério das Finanças. Desapareceram? Mas não para toda a gente, provavelmente. Um outro ponto forte da brochura da Global Witness é o de insistir nos laços entre a corrupção, a pobreza e os crimes de guerra.

Deixemos estes textos, cuja livre circulação em Angola ainda vai tardar. Os «Jaime Bunda» e respectivos chefes têm competência que chegue para impedir que isso aconteça. Voltemo-nos então para trabalhos menos sulfurosos.

Conhecedores dos montantes que todos os anos são desviados em Angola, os historiadores, politólogos, etnólogos e outros cientistas que ocupam o seu tempo a analisar as populações, o nascimento e a evolução do nacionalismo neste país passam por paleontólogos inofensivos, sem mais importância do que os refugiados famintos que se precipitam para Luanda na esperança de conseguirem sobreviver.

*Singing in the Bush*³³ é o resultado da recolha e edição de cantos patrióticos e políticos aprendidos nos campos do MPLA antes da independência, nas savanas do Sudeste angolano. Foram recolhidos entre os refugiados no Rundu (Namíbia) entre 1996 e 1999. Para o MPLA dessa época tratava-se de ganhar os camponeses para a sua causa e de tentar forjar um sentimento nacional entre as populações rurais (Nganguela, no essencial), que decerto se interrogavam sobre quem era aquele Diogo Cão que «trouxe a escravatura» (p. 70). Quando se conhece um pouco da história da ocupação portuguesa e se sabe o quanto ela foi tardia e superficial na região, dá para sonhar. A guerra a sério e as desgraças começaram ali depois da independência.

Regresso aos números com algumas brochuras norueguesas, redigidas, entre outros, por uma especialista sobre Angola. Citaremos um trabalho sobre a cooperação norueguesa³⁴ em que a autora revela algumas preocupações históricas. Em seguida, um texto sobre as consequências dos investimentos

³² Global Witness, *All the President's Men*, Londres, Global Witness (P. O. Box 6042, London N19 5WP), 2002, 62 páginas, fotos a preto e branco.

³³ Inge Brinkman, *Singing in the Bush*, Colónia, Rüdiger Köppe Verlag, 2001, 110 páginas, fotos a preto e branco.

³⁴ Inge Tvedten, *Angola og norsk bistand*, Bergen, Chr. Michelsen Institute, 1996, xii-98 páginas.

³⁵ Hildegunn Kyvik Nordås, Inge Tvedten e Arne Wiig, *Effekter i mottakerlandene av norske petroleumsinvesteringer med hovedvekt på Angola*, Bergen, Chr. Michelsen Institute, 1999, 39 páginas.

petrolíferos noruegueses nos países beneficiários, em especial em Angola³⁵. Depois, um relatório muito interessante sobre as possibilidades de pesquisa que os organismos angolanos e a reserva de investigadores locais oferecem quando se trata de analisar os problemas sócio-económicos. As conclusões³⁶ são esmagadoras para as instituições e os funcionários que pretendem fazer «investigação» sem meios, sem documentação, sem apoios e sem moral. Cascas sem nada dentro! Não é assim que o país vai sair da letargia devassa em que mergulhou depois da independência. Os melhores elementos fogem destes pseudocentros de investigação, os outros repartem-se por dois ou três empregos (organizações não governamentais, de preferência, mas as organizações internacionais onde se é bem pago sem fazer muito continuam a ser as mais procuradas).

Um outro texto, mais técnico e centrado na indústria petrolífera, poderá interessar aos leitores que queiram comparar a gestão *off-shore* no mar do Norte com a que é feita ao largo de Angola³⁷.

Deixemos — por agora — Angola e vamos à procura de pontos de comparação com uma colonização africana menor mas também ibérica: na Guiné Equatorial e no Sara outrora espanhol. Começamos com as lembranças de um velho militante socialista (e acima de tudo catalão) que, uma vez terminada a guerra civil, parte para a única colónia tropical espanhola (ou melhor, catalã), onde vive entre 1951 e 1969, ano em que a independência, dirigida por um louco sanguinário, transformará o país numa ditadura que irá arruiná-lo. Quarenta e três capítulos curtos dão um panorama, em catalão, que se diria positivo da vida de uma família de colonos médios numa Guiné onde a administração não tolerava nem os «brancos de segunda» nem os «negros insolentes» (pelo menos até 1959). Catolização intensiva, mas assimilação quase nula, um proto-*apartheid* disfarçado e um desenvolvimento económico artificial mas invejável. O autor³⁸ desfia as suas memórias por temas: golpe de Estado, expulsão, nacionalismo, missionários lúbricos, caça, alemães, comerciantes, transportes, relações sexuais, administração todopoderosa, eleições, etc. O livro terá utilidade para os *retornados* de África, em especial para os de Moçambique.

A recolha³⁹ que se segue é testemunho da vitalidade dos interesses de um punhado de africanistas espanhóis e do homem-orquestra suíço que, só à sua conta, publica mais — e às vezes depressa de mais — do que todos os

³⁶ Inge Tvedten e Hildegunn Kyvik Nordås, *Angola 1999/2000. Key Development Issues and National Research Capacity*, Bergen, Chr. Michelsen Institute, 2000, 46 páginas.

³⁷ Arne Wiig, *Supply Chain Management in the Oil Industry: The Angolan Case*, Bergen, Chr. Michelsen Institute, 2001, 38 páginas.

³⁸ Agustí Lorenzo Gacía, *Vivências de Guiné*, Barcelona, Viena Edicions, 2001, 228 páginas.

³⁹ Obra colectiva, *Misceláneas Guineoecuatorianas. I. Del Estado Colonial al Estado Dictatorial*, La Chaux (Suíça), Editorial Tiempos Próximos, 2002, 232 páginas.

especialistas da Guiné Equatorial juntos. Como uma grande parte dos 22 capítulos já foram publicados num livro dedicado a este titã da Guiné Equatorial já devidamente assinalado (*Análise Social*, n.º 163), limitar-nos-emos a dizer que Max Liniger-Goumaz redobra e actualiza os seus ataques ao regime. No mesmo registo de denúncia, os africanos lusófonos ficarão talvez felizes por saberem que, vivendo o essencial da *intelligentsia* africana hispanófona exilada na Europa ocidental, a sua produção literária e/ou científica se resume a violentas diatribes visando a ditadura ou o passado colonial. Na parte respeitante à história, o melhor será ir procurá-la noutro sítio, que não na *Guinea Ecuatorial*⁴⁰, mas encontrar-se-á neste livro de um guineense-equatorial professor de Contabilidade em Espanha uma análise clara da impotência dos partidos da oposição no exílio e, sobretudo, desenvolvimentos bastante concretos sobre a economia deste país enriquecido pelo petróleo, cuja população, na sua maioria, vive na maior das pobreza. Será que isto faz lembrar alguma coisa aos Angolanos?

Como os lusófonos têm poucos desertos nas suas áreas culturais, as comparações com o Sara outrora espanhol assentam menos na história longínqua do que nos fracassos da descolonização local, que permite aproximar Timor, ocupado pela Indonésia, do Sara ocidental convertido em marroquino nas condições que todos sabem. Daí que, a partir de 1975, o número de obras publicadas sobre a antiga colónia/província não tenha parado de crescer em Espanha, e isto em todas as cidades onde existe uma associação de apoio à POLISARIO. Este entusiasmo excessivo chega a parecer extraordinário, se o compararmos com o silêncio que em Portugal rodeou, durante anos, o destino de Timor. O facto de uma publicação ter carácter militante nem sempre quer dizer que seja atamancada, repetitiva ou parcial. No texto colectivo publicado pela Universidade de Girona⁴¹, quatro autores catalães apresentam sob a forma de álbum ricamente ilustrado (cerca de duas centenas de fotos a cores) o meio natural, a cultura tradicional, a pré-história (muito desenvolvida), a história (fotos raras dos últimos tempos da presença espanhola e a partida dos refugiados para Tindouf) e a política (mas não em demasia).

Mais antigo, o livro do engenheiro de minas J. M. Rios⁴² é extremamente precioso, já que este geólogo, presidente (1960-1970) da única empresa mineira existente no Sara espanhol, conta com luxo de pormenores a descoberta e a exploração do fosfato pela e para a Espanha. É simultaneamente muito técnico, pessoal, económico, histórico e político (inclusive ao mais

⁴⁰ Muakuku Rondo Igambo, Fernando, *Guinea Ecuatorial. De la Esclavitud Colonial a la Dictadura Nguemista*, Barcelona, Ediciones Carena, s. d., 193 páginas.

⁴¹ Narcís Soler, Carles Serra, Joan Escolà e Jordi Ungé, *Sàhara Occidental. Passat i Present d'un Poble*, Girona, Universitat de Girona, 1999, 213 páginas, fotos a cores e a preto e branco.

⁴² J. M. Rios, *Sahara!! Sahara!! La Aventura de los Fosfatos, un Episodio Inédito*, Madrid, Fundación Gómez Pardo, 1989, 315 páginas, fotos a preto e branco, mapa desdobrável.

alto nível do Estado franquista). A descolonização e a saída em situação de emergência do território deveriam fazer vibrar certas cordas sensíveis em alguns empresários ou colaboradores de empresas portuguesas em África. Era um negócio enorme, sem nada que se lhe compare na colonização espanhola em África. *Sic transit!*

Regressemos aos lusófonos com um bom exemplo do que os Alemães publicam sobre os PALOP⁴³. Uma recolha de contributos sobre a política, a sociologia, a economia (ajustamentos estruturais), os refugiados, a literatura (na Guiné-Bissau), etc., cobre cada um dos cinco Estados a que dizem respeito, sendo os doze autores, na maioria, alemães. Este leque de temas e de situações é apresentado sob o título genérico de «Mutações», o que nos dispensa de dizer muito mais, salvo que é necessário assinalar que, ao contrário de muitos trabalhos de especialistas anglófonos, os autores citam numerosos textos que não pertencem à sua área linguística. Tornou-se tão raro que não podemos deixar de os felicitar por compreenderem que «ainda há vida depois do inglês». E prova disso mesmo é o livro que apresentamos em seguida.

Os Italianos têm vindo a interessar-se cada vez mais por Cabo Verde, e não apenas para falar dos seus missionários e das suas empregadas domésticas. O livro⁴⁴ que três professores da Escola Superior de Arquitectura de Veneza consagram à urbanização, à sociologia e à economia da capital cabo-verdiana nada tem de superficial, antes contendo tudo o que se pode esperar de uma tese de geografia urbana, como nunca mais foi publicada nenhuma em Lisboa desde Ilídio do Amaral, Maria Clara Mendes e Augusto Trindade, no tempo em que os Portugueses se interessavam pelo seu ultramar. Este texto em três partes transborda de plantas, mapas, estatísticas, mas as indicações bibliográficas não superabundam. O problema tratado pelos autores é o da transformação de uma pequena capital colonial em capital de um Estado, adaptada às suas funções, apesar do crescimento vertiginoso das migrações de camponeses para este novo farol da «modernidade». Como conservar o coração da cidade perante o urbanismo selvagem dos *bidonvilles* e da pobreza? A julgar pelas fotografias, a Praia está a «africanizar-se» (no mau sentido do termo), perdendo o seu carácter crioulo e porventura o seu aparente encanto de outrora.

⁴³ Johannes Augel e Peter Meyns (coords.), *Transformationsprobleme im portugiesischsprachigen Afrika*, Hamburgo, Institut für Afrika-Kunde, 2001, ix-292 páginas.

⁴⁴ Augusto Cusinato, Enrico Fontanari e Adriano Varotti, *Praia: una capitale in formazione*, Nápoles, 2001, i-208 páginas, fotos a preto e branco, mapas, plantas e desenhos coloridos.

⁴⁵ Gherardo Lazzeri e Adalberto Pellegrino (coords.), *Sál. L'isola del Capo Verde entrata nella storia dell'Aviazione Commerciale Italiana*, Florença, LoGisma Editore, 2001, 112 páginas, fotos a preto e branco.

Assinale-se ainda um outro texto italiano de âmbito mais restrito, porquanto esta micromonografia⁴⁵ respeita à construção e à utilização do aeródromo do Sal (Cabo Verde) pela Lati, antepassada da Alitalia. Poderá interessar a todos os apaixonados pelas travessias aéreas do Atlântico Sul no período imediatamente a seguir ao dos pioneiros. Era no tempo em que Mussolini mostrava a bandeira no Brasil, na Venezuela e noutras partes. Precisava de uma escala. Texto compósito, feito de lembranças e de estudos mais aprofundados. Entre 1939 e 1941, a Lati transportou 1784 passageiros que pisaram a ilha apenas brevemente. Agora o livro visa reforçar a amizade entre a Itália e a população cabo-verdiana. Em 1947, as autoridades portuguesas revogam a concessão e adquirem de novo a base aérea em 1948 por um preço módico (p. 63). De notar que este aeródromo não deu lugar a uma cidade, o que permitiu evitar — entre outras coisas — o surgimento dos congestionamentos e das tensões que a Praia conhece.

Finalmente, não se porá o problema da Praia a todas as cidades antigas onde as autoridades não controlam as correntes migratórias? A leitura, ainda que rápida, do livro militante de Elsa Sertório⁴⁶ dá que pensar, pois, se é verdade que não diz prioritariamente respeito ao urbanismo, denuncia tendências que mal se vislumbravam em Portugal há quarenta anos e mais. Constituído por entrevistas feitas a emigrantes africanos e da Europa do Leste ou da ex-União Soviética, reforçadas com testemunhos de brasileiros e de *ciganos*, ele lança uma luz crua sobre situações que invertem o que muitos portugueses e turistas julgavam intangível. O mito dos «brandos costumes» lusitanos (p. 9) está a agonizar, segundo a autora. No tempo do Estado Novo, Portugal tinha colónias além-mar, agora tem-as dentro de portas, nos bairros e *bidonvilles* das periferias urbanas. Portugal converteu--se, pois, num país como os outros da Europa ocidental. Mas o facto de haver, por exemplo, 22 000 brasileiros (em 2000) em Portugal e de alguns licenciados se verem obrigados a procurar trabalho na construção civil, como acontece com a maioria dos novos imigrados (brancos ou de cor), ensina-nos pelo menos uma coisa: em história tudo é provisório. Sobretudo em história colonial.

Redigido em Maio de 2002.

Tradução de Manuela Pena Gomes